



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### ATA Nº. 10/2016

#### **-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----**

-----Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Senhor Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----O Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, não esteve presente na reunião, tendo a Câmara considerado justificada a sua falta.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

#### **1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 2016:-----**

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 6 de abril de 2016, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo não



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

participou na votação o Senhor Vereador Engº. Serafim Paulo Melo de Oliveira, eleito pelo PPD/PSD, uma vez que não esteve presente na Reunião.-----

### **2.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2016:**-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião extraordinária realizada a 15 de abril de 2016, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

### **3.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:**-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----O Senhor Presidente propôs a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Políbio Mira Pereira, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Trezoi.-----

-----O Senhor Políbio Mira Pereira dedicou como autarca uma parte substancial da sua vida à causa pública, tendo sido Presidente daquela Freguesia em 3 mandatos sucessivos, durante o período de 1993-2005, com uma constante preocupação com o bem-estar dos seus concidadãos.-----

-----Pela sua postura e conduta ao longo da vida cultivou o respeito e a amizade daqueles com quem se relacionou e por todos será recordado.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Políbio Mira Pereira e apresentar as suas sentidas condolências à família, e publicar o mesmo na comunicação social.-----

### **4.- RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

número 74, referente ao dia 19 de abril corrente, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **5.-EXPEDIENTE:**-----

#### **5.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:**-----

-----Foi presente a circular referência 32/2016, de 6 de abril corrente, da Associação Nacional de Municípios Portugueses através da qual remete um exemplar da Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, produzida pela Comissão Europeia no âmbito da sua política de promoção e apoio à igualdade dos Géneros.-----

-----Informa também que mais de uma centena de Municípios subscreveram já aquela Carta Europeia, lançada pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, estando o documento permanentemente aberto a novas adesões.-----

-----A adesão à “Carta”, através de deliberação deste Órgão Executivo, deve ser comunicada á ANMP que, por sua vez a transmitirá á entidade promotora, a qual se compromete no apoio na elaboração e implementação de um plano de ação específico, tendo por base os exemplos de boas práticas em matéria de Igualdade dos Géneros.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade subscrever a Carta Europeia.-----

#### **5.2.-ERSAR – ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS:**-----

-----Foi presente o ofício referência 2978/2016, de 2016/04/01, da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos através do qual informa que recebeu em 2016/03/24 o parecer que havia solicitado à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) sobre questões relativas à competência das associações de municípios de fins específicos para a aprovação de regulamentos de serviços com eficácia externa, conforme documento que anexa.-



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----De acordo com o entendimento perfilado pela DGAL, e apesar das dúvidas suscitadas pela ERSAR, as associações de municípios de fins específicos dispõem de competências para emitir regulamentos de serviço, ao abrigo do artigo 62º., nº. 1, do Decreto-Lei nº.194/2009, de 20 de agosto, sendo competente para a sua aprovação o órgão que disponha competência estatutária. Nesse pressuposto, ficam ultrapassadas as reservas relativas a este assunto levantadas pelas ERSAR.-----

-----Uma vez que, conforme anteriormente comunicado, a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão enviou para apreciação da ERSAR o projeto de regulamento do serviço de distribuição de água dos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, a qual, no entanto, ficou suspensa em virtude das dúvidas que entretanto surgiram, vão prosseguir com aquela análise, ficando sem efeito a análise do projeto de regulamento apresentado pela Câmara Municipal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **5.3.-AIRC- ASSOCIAÇÃO DE INFORMÁTICA DA REGIÃO CENTRO:-----**

-----Foi presente o ofício referência 155-CD, de 5 de abril corrente, da AIRC - Associação de Informática da Região Centro, informando que o ano de 2015 ficou marcado na história daquela Associação por um aumento do volume de faturação na ordem dos oitenta e dois por cento, contribuindo para um acréscimo dos Fundos Próprios no montante de duzentos e sessenta e dois milhões seiscentos e vinte e sete mil duzentos e noventa e cinco euros e sete centimos (2.627.295,07 €), ocupando, hoje, uma inquestionável liderança no mercado tecnológico.-----

-----Este sucesso dotou a AIRC de uma capacidade de investimento nunca antes obtida, criando desta forma condições para adotar medidas estratégicas que erradiquem as debilidades da organização e a projetem para um novo patamar de qualidade, correspondendo às legítimas aspirações dos associados e, em geral, dos destinatários dos seus produtos e serviços.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Nesta senda, e cumprindo objetivo da fundação da AIRC em prestar serviços singulares aos seus associados, e considerando a posição financeira e desempenho do ano de 2015, deliberou o órgão do Conselho Diretivo, na sua reunião ordinária do passado dia 31 de março, prestar um reconhecimento aos seus associados, que sempre acreditaram e contribuíram para o sucesso desta organização, passando a conceder, desta forma, um desconto de trinta por cento sobre o preço base na aquisição de software, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.-----

-----Para além do aumento de desconto na aquisição de software, manter-se-á o desconto de trinta por cento na prestação de serviços, excluindo despesas com deslocações e estadias.-----

-----Tal deliberação tem efeito a partir de 1 de maio de 2016.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:**-----

#### **6.1.-SERVIÇOS CULTURAIS DESPORTIVOS E RECREATIVOS:**-----

##### **6.1.1.-Torneio Inter-Associações:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta, datada de 1 de abril corrente do Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira:-----

-----“O torneio Inter-Associações tem estado a decorrer em quatro pavilhões desportivos, promovendo a inter-ligação do movimento associativo e descentralizando nas atividades desenvolvidas pelo município, contando com a presença de treze equipas, em representação de várias associações do concelho.-----

-----Considerando as despesas inerentes a esta atividade, nomeadamente com espaço, água e luz, solicita-se um apoio às associações envolvidas na organização, da seguinte forma:-----

----- Associação Cultural e Desportiva de Sobrosa – cento e cinquenta euros (150,00 €);-----

-----Associação Recreativa Académico de Vila Moinhos – cento e cinquenta euros (150,00 €);-

-----Associação Cultural Recreativa e Desportiva Felgueirense - cento e cinquenta euros (150,00 €);-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Apoio para compensação de despesa com alimentação para todos os participantes no torneio:-----

-----Associação Cultural e Recreativa da Sobrosa – mil e oitocentos euros (1.800,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

-----Por informação da Contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades das Associações no objetivo 02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, Programa 003, Projeto 2016/5022 com um saldo três mil e quinhentos euros ( 3.500,00 €) e no orçamento na rubrica 040701 com um saldo de sessenta e cinco mil novecentos e vinte e três euros e oito centimos (65.923,08 €).-----

### **6.2.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----**

#### **6.2.1.-Orfeão Polifónico de Mortágua – Apoio Encontro de Coros:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 31 de março findo, do Órfeão Polifónico de Mortágua informando que irá realizar no próximo dia 16 de abril o seu XXVII Encontro de Coros, que irá contar com a presença de dois grupos oriundos dos Municípios de Seia e de Águeda, e solicitando ao apoio financeiro da autarquia para fazer face às despesas inerentes àquela organização.-----

-----Aquela Coletividade envia também o seu Orçamento e Plano de Atividades para 2016 e o Relatório e Contas do exercício de 2015.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio no montante quinhentos euros (500,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades das Associações no objetivo 02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, Programa 003, Projeto



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2016/5031 com um saldo de dois mil oitocentos e oitenta euros ( 2.880,00 €) e no orçamento na rubrica 040701 com um saldo de sessenta e cinco mil novecentos e vinte e três euros e oito centimos (65.923,08 €).-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 4º.-----

### **6.2.2.-Teatro Experimental de Mortágua – Plano de Atividades de 2016 e Relatório de Atividades e Contas de 2015:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício datado de 3 de abril corrente do Teatro Experimental de Mortágua através do qual remete Relatório e Contas do Exercício de 2015 aprovado em Assembleia Geral bem como o seu Plano de Atividades e Orçamento de 2016.--

-----A Câmara depois de apreciado tomou conhecimento.-----

### **6.2.3.-Velo Clube do Centro - Relatório e Contas de 2015:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício datado de 31 de março findo do Velo Clube do Centro através do qual remete Relatório e Contas do exercício de 2015.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **6.2.4.-Teatro Club de Mortágua – IMI do Centro de Animação Cultural:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada 4 de abril corrente, do Teatro Club de Mortágua solicitando a comparticipação do valor de seiscentos e quarenta e dois euros e cinquenta e quatro centimos (642,54 €) referente ao pagamento da 1ª. prestação do IMI, conforme documento que anexa, do seu edifício denominado Centro de Animação Cultural, na Rua Padre Moderno, considerando que em 30 de junho de 2008 foi o mesmo cedido ao Município, bem como todas as infraestruturas e equipamentos nele existentes, através de contrato de comodato pelo período de vinte e cinco anos a que acresce que aquela Associação não possui quaisquer receitas.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considerando a natureza do pedido o subsídio não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5031 “Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de dois mil oitocentos e oitenta euros (2.880,00 €) no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes) com um saldo de sessenta e cinco mil novecentos e vinte e três euros e oito cêntimos (65.923,08 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a comparticipação do valor de mil novecentos e vinte e sete euros e cinquenta e nove cêntimos (1.927,59 €) referente ao pagamento das três prestações do IMI no corrente ano, e a transferir mediante a apresentação dos respetivos documentos de quitação.-----

### **6.3.-APOIO A INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS:-----**

#### **6.3.1.-Fábrica da Igreja Paroquial de Mortágua – Apoio Construção Monumento ao Peregrino:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta, datada de 3 de março último, e recebida a 15 de abril corrente, da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Mortágua dando conhecimento que decorrido um ano da morte dos 5 peregrinos mortaguenses, no próximo dia 2 de maio irá prestar homenagem a todos os peregrinos, àqueles que partiram, assim como aos que imbuídos em fé e espírito de sacrifício se colocam a caminho.-----

-----Assim, nesse sentido para além da celebração da Eucaristia, terá a bênção do Monumento ao Peregrino” que será colocado junto à Igreja de Mortágua, local de chegada e de partida das peregrinações.-----

-----Aquele monumento que se encontra a ser construído pelo escultor Armando Martinez terá um custo de nove mil euros (9.000,00 €), conforme orçamento que anexa, sendo que dispõe já





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de cinco mil euros (5.000,00 €), (provenientes do donativo que os emigrantes no Luxemburgo efetuaram ao Agrupamento de Escuteiros e que foi entendimento de que o único destino que poderiam ter seria para aquela homenagem, bem como do valor que tinham proveniente da peregrinação realizada).-----

-----Nesse sentido solicita a comparticipação financeira da Câmara Municipal de modo a que solver a despesa da construção do Monumento ao Peregrino, e a colaboração na realização das obras necessárias para a fase do mesmo e o arranjo do espaço envolvente.-----

-----Assim, considerando o fim a que se destina o apoio solicitado, que o pedido da Associação se enquadra no artigo 2º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, o Senhor Presidente propôs que o Município se associe àquela iniciativa com a atribuição do subsídio no montante de quatro mil euros (4.000,00 €), a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no nº. 1, do artigo 4º. daquele Regulamento. -----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar a proposta de atribuição de subsídio mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. do Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701, com um saldo de vinte e quatro mil trezentos e quarenta e seis euros (24.346,00 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, programa 004 Apoio Instituições Religiosas, no projeto 2015/5033 com um saldo de dez mil euros (10.000,00€).-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **7.-SAÚDE:**-----

#### **7.1.-PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE:**-----

##### **7.1.1.-Minuta de Protocolo a celebrar com a ARS – Obras de Remodelação do Centro de Saúde de Mortágua:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a Minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com a Administração Regional de Saúde do Centro. I. P. (ARSC), que se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, e que tem objeto a regulação da cooperação técnica e financeira entre as partes para a realização de obras de remodelação do Centro de Saúde de Mortágua.-----

-----Sendo que nos termos da clausula 6ª. “Responsabilidade Financeira da Obra”: -----

-----O Município compromete-se a aprovar, em orçamento municipal, a dotação financeira correspondente ao montante total do investimento a realizar, no valor estimado de 120.000,00 e, bem como os respetivos fundos disponíveis, sem prejuízo do posterior benefício de comparticipação financeira, em oitenta e cinco por cento pelo POR Centro 2020.-----

-----É obrigação da ARSC assegurar a despesa correspondente à comparticipação nacional do projeto, na percentagem de quinze por cento da despesa elegível, até ao limite máximo de dezoito mil euros (18.000,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a minuta do Protocolo.-----

##### **7.1.2.-Apoio funcionamento extensão de Espinho – Transferência para a Junta de Freguesia:**-----

-----Estando inscrito nas Opções do Plano do corrente ano na rubrica “Funcionamento dos Postos Avançados – Transferência Juntas de Freguesia” e cujas despesas de funcionamento são suportadas há já alguns anos a esta parte pela Junta de Freguesia de Espinho onde está instalada esse Posto, o Senhor Presidente propôs, por forma a minimizar aquele encargo, que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

se procedesse à transferência de três mil e quinhentos euros (3.500,00 €) para a Junta de Freguesia de Espinho.-----

-----Considerando a natureza do pedido o subsídio não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso que se encontra inscrito no orçamento do corrente ano na rubrica 04050102 com um saldo de 11.500,00 € e nas Opções do Plano no Objetivo 04 Saúde, projeto 2016/5047 com o saldo de onze mil e quinhentos euros (11.500,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência do valor proposto de acordo com as Opções do Plano do corrente ano, e autorizar o respetivo compromisso.-----

### **8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:**-----

#### **8.1.-HABITAÇÃO:**-----

##### **8.1.1.-Bairro de Habitação Social da Gandarada - Pedido de Realojamento:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município sobre o pedido efetuado, no atendimento daquele Serviço, por Maria Elisabeth Assunção Rodrigues da Silva para realojamento no Bairro de Habitação Social da Gandarada.

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade indeferir o pedido por falta de enquadramento legal.-----

#### **8.2.-URBANIZAÇÃO:**-----

##### **8.2.1.-Projeto de Execução da Requalificação da Avenida dos Bombeiros Voluntários de Mortágua:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Projeto de Execução da Requalificação dos Bombeiros Voluntários de Mortágua, elaborado pelo Gabinete Carlos Santos – Arquitetura e Urbanismo, Lda., e que apresenta de orçamento de quarenta e dois mil duzentos e cinquenta e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nove euros e vinte cêntimos ( 42.259,20 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por maioria com seis votos a favor, sendo quatro do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PS, e dois de Vereadores eleitos pelo PS e uma abstenção do Vereador, Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, aprovar o projeto.-----

### **9.-SANEAMENTO E SALUBRIDADE:**-----

#### **9.1.-CEMITÉRIOS E CASAS MORTUÁRIAS:**-----

##### **9.1.1.-Projeto de Execução da Casa Mortuária de Vale de Açores:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o projeto de Execução da Casa Mortuária em Vale de Açores, a construir na Rua de Santo António daquela povoação, elaborado pelo Vitor Nunes de Almeida., e que apresenta de orçamento de sessenta e cinco mil oitocentos e dez euros e vinte e sete cêntimos (65.810, 27 €).-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade aprovar o projeto.--

### **10.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:**-----

#### **10.1.-ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL:**-----

##### **10.1.1.-Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão – Quota de 2016:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o documento número 6, datado de 31 de março findo, da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, referente à quota deste Município do ano de 2016 no montante de sete mil quatrocentos e sessenta e seis mil euros (7.466,00€).

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder ao pagamento da quota.-----

### **11.-ADMINISTRAÇÃO:**-----

#### **11.1.-PROGRAMA DE COMEMORAÇÃO DO DIA DO MUNICÍPIO:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Programa previsto para assinalar o Dia do Município, a 5 de maio próximo:-----

----- 15h00 | Sessão Solene no Centro Cultural de Mortágua:-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----> Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mortágua, Dr. Afonso Abrantes;-----

-----> Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José Júlio Norte;-----

-----> Intervenção de Sua Ex.ª o Secretário Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Eng.º. Amândio José de Oliveira Torres;-----

-----> Entrega de Medalhas de Bons Serviços a Funcionários do Município;-----

-----> Entrega de Medalhas de Ouro de Mérito Municipal a Personalidades Mortaguenses;-----

-----> Entrega de Medalhas de Ouro de Mérito Municipal a Empresas reconhecidas com o Prémio PME Líder no ano de 2015;-----

----- 16h30 | Apresentação da nova edição do Livro “O Pelourinho de Mortágua – 900 Anos de História”, de Dr. José Assis e Santos, com prefácio de Prof. Doutora Maria Alegria Fernandes Marques;-----

----- 17h00 | Abertura da Exposição Fotográfica “Mortágua, a Terra e as Gentes”, Sala de Exposições do Centro Cultural;-----

----- 17h30 | Dão de Honra.-----

-----O Senhor Presidente informou que as despesas às atividades do programa serão autorizadas no âmbito das suas competências próprias, e convidando todos os membros do Executivo a estarem presentes.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o programa proposto.-----

### **11.2.-COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL – Fixação de remuneração – Alteração:-----**

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----1.-A Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, além de definir o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

municipais de proteção civil e determina as competências do Comandante Operacional Municipal (COM);-----

-----2. – O artigo 6º, do diploma supra referenciado, estabelece que o Presidente da Câmara Municipal é a autoridade municipal de proteção civil;-----

-----3.-A Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, estabelece no seu artigo 9.º, que os municípios são dotados de um serviço municipal de proteção civil, responsável pela prossecução das atividades de proteção civil no âmbito municipal, sendo que os mesmos devem ser adequados às características da população e dos riscos existentes no município, podendo incluir os gabinetes técnicos que forem julgados adequados;-----

-----4.-O artigo 13.º, do mesmo diploma, determina que em cada município deverá haver um Comandante Operacional Municipal, cuja área de atuação territorial é a do município respetivo;-----

-----5.-De acordo com o n.º 2 do artigo 13º. do citado diploma o Comandante Operacional Municipal depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara Municipal;-----

-----6.-Dispõe o n.º 4 do artigo 13.º do mesmo diploma legal, que o Comandante Operacional Municipal é nomeado do universo de recrutamento que a lei define para os comandantes operacionais distritais;-----

-----7.-De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei 73/2013, de 31 de maio, (que contém o modelo de organização da Autoridade Nacional de Proteção Civil) o recrutamento dos comandantes operacionais distritais é feito de entre indivíduos, com ou sem relação jurídica de emprego público, que possuam licenciatura e experiência profissional adequadas ao exercício daquelas funções;-----

-----8.-Nos termos da alínea v) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 ambos do artigo 35.º, do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os nos 2 e 4, do artigo 13.º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, compete ao Presidente da Câmara a nomeação do Comandante



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Operacional Municipal (COM), devendo esta ser efetuada em regime de Comissão de Serviço;-

-----9.-Nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 10.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o cargo de Comandante Operacional Municipal não é considerado para efeitos do cumprimento do limite do número de dirigentes, imposto por aquele diploma legal;-----

-----10.- O Eng.º Luis Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior do mapa de pessoal desta Câmara Municipal, e com as funções de Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mortágua, possui as qualificações e demais requisitos necessários ao desempenho de tais funções, inscrevendo-se na área de recrutamento legalmente definida para o referido cargo, que tem vindo a desempenhar, aliás, em regime de comissão de serviço, ininterruptamente, desde 15 de abril de 2013;-----

-----11.- No uso da competência que me é conferida pela conferida pela alínea d) do n.º 2 do artigo 35 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º da Lei 65/2007, de 12 de novembro e n.º 1 do artigo 22.º da Lei 73/2013, de 31 de maio, através do meu despacho nº.6/2016, de 12 de abril, renovei ao licenciado Eng.º Luís Filipe Martins Rodrigues, técnico superior desta Câmara Municipal, e Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mortágua a Comissão de Serviço no cargo de Comandante Operacional Municipal, pelo período de 3 anos, com efeitos a partir de 15 de abril corrente, com a possibilidade de renovação por iguais períodos, cujo perfil e experiência profissional se enquadra nos objetivos pretendidos (nota curricular em anexo), o qual para além das competências atribuídas pela Lei nº. 65/2007, de 12 de novembro e restante legislação em vigor, acumulará as funções de Coordenador do Gabinete Municipal de Proteção Civil e do Gabinete Técnico Florestal;-----

-----12.- Não se encontra previsto um regime remuneratório específico para o exercício do cargo de Comandante Operacional Municipal;-----

-----13.- De acordo com a circular nº.142/2008, de 12 de dezembro de 2008 da Associação



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Nacional de Municípios Portugueses, “*não estando previsto um regime remuneratório específico para o exercício desta cargo, e o mesmo deve ser fixado tendo em conta os requisitos exigidos no âmbito da área de recrutamento, conjugados com a realidade de cada município, seja em termos de dimensão e risco subjacente à área do próprio município, seja em termos da própria estrutura orgânica dos serviços municipais a fixação da sua remuneração deverá caber à Câmara Municipal, por proposta do seu presidente*”;-----

-----**14.-** Se encontra a verba devidamente contabilizada no orçamento de 2016 na rubrica 0201010401 – Pessoal em Funções, e existem fundos disponíveis para a assunção da despesa.-

-----**Proponho:**-----

-----Que a Câmara delibere alterar a remuneração de 1.922,37 € (correspondente posição entre o 5.º/ 6.º, nível entre 27/31 da carreira de Técnico Superior) aprovada na Reunião de Câmara de 3/04/2013 para o cargo de Comandante Operacional Municipal fixando-a no montante correspondente ao cargo de Chefe de Divisão Municipal (cargo de direção intermédia de 2.º. Grau), ou seja de 2.613,84 €, dado o elevado grau de responsabilidade, as competências que estão legalmente determinadas e a disponibilidade permanente a que obriga o exercício daquele cargo e a acumulação no desempenho de funções”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar a proposta.--

### **11.3.-AUTO DE NOTICIA DE CONTRA-ORDENAÇÃO LEVANTADO PELA GNR POR CONTRAVENÇÃO AO DECRETO- LEI NÚMERO 169/2012:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o auto de notícia de contra – ordenação número 58/2016 da Guarda Nacional Republicana de Santa Comba Dão, levantado a José Sarmiento Ferreira Almeida, residente no Beco da Serra, nº.5, Vila Nova, Freguesia do Sobral, Concelho de Mortágua, por no dia 30 de março findo, no local Beco da Serra, nº.5, Vila Nova, Freguesia do Sobral, Concelho de Mortágua, ter verificado a existência de uma serralharia (estabelecimento industrial de tipo 3) a laboral à aproximadamente 20 anos, sem o





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

respetivo licenciamento/mera comunicação prévia da atividade o que constitui infração ao disposto nos números 1 a 4 do artigo 33º. do Decreto - Lei número 169/2012, de 1 de agosto, punível pela al. j), nº.2 e 3 , artº. 75º .do mesmo diploma legal, e a que corresponde a coima de quinhentos euros (500,00 €) a cinco mil euros (5.000,00 €) por se tratar de pessoa singular.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nomear como instrutor do processo a Assistente Técnica Maria Joana Coragem Albano.-----

### **12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:**-----

#### **12.1.-PROCESSO NÚMERO 02/2015/3, ALTERAÇÃO AO LOTE Nº.13, ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 9/78:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 2/2015/3, requerimento 02/2015/891, de alteração ao lote nº.13, do alvará de loteamento nº.9/78, sito na Rua Dr. José Assis e Santos nº. 13, em Vale de Açores, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, requerida pelo seu proprietário Bruno Alberto Lopes, residente na Rua Dr. José Assis e Santos nº. 13, em Vale de Açores, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----O requerente pretende proceder à alteração da área de implantação e da área bruta de construção e possibilidade de construção de anexos no lote 13: -----

	Existente		Proposto	
	Área de Implantação	Área de construção	Área de implantação	Área de construção
Moradia	167,50	211,15	198,00	241,65
Anexo	0	0	40,00	40,00
Total			238,00	281,55



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Sobre o processo foi exarado o seguinte Parecer Técnico do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, de datado de 4 de janeiro de 2016, que a seguir se transcreve:-----

-----“A análise do processo e ainda das informações e pareceres de:-----

-----. Serviços Administrativos Municipais (fls.28)-----

-----. Consultor de Arquitectura (fls.29),-----

-----Indicam que se encontram cumpridos os condicionalismos legais impostos pelo RJUE – DL 555/99, alterado pelo DL 136/2014, no seu artigo 27º. – alterações à licença.-----

-----Contudo, existe um histórico recente de reclamação proveniente do actual proprietário do lote nº.12 (fl.30 a 40) que me parece dever ser analisado pelo Consultor Jurídico da Câmara e alvo emissão de parecer jurídico para que se possa inferir com maior rigor, do teor final do parecer técnico da DPAT”.-----

-----Assim, foi também presente o Parecer emitido pelo Assessor Jurídico do Município, em 25/03/2016 que se dá aqui por integralmente reproduzido e que conclui:-----

-----“Concluiu-se na apreciação do pedido de alteração do loteamento, no que diz respeito ao lote nº.13, requerido por Bruno Alberto Lopes que se encontram cumpridos os condicionalismos legais impostos pelo artigo 27º. do RJUE.-----

-----E de facto os procedimentos administrativos impostos por essa norma estão cumpridos.

*Porém, da análise das peças desenhadas, a edificação implantada no lote nº.13 não cumpre os afastamentos à extrema impostos pelo regulamento do loteamento. Da mesma maneira, da análise desses elementos que instruem o pedido formulado, constata-se que de igual vício padece a implantação da obra no lote nº.12, uma vez que dessa peça desenhada se verifica que o lado nascente do edifício não respeita os 4 metros de afastamento à extrema.-----*

-----Para a regularização dessas situações impõe-se que o pedido apresentado e agora em apreciação, contemple também, a alteração da implantação prevista no regulamento do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

*loteamento, de afastamento de 4 metros à extrema, com a tramitação referida no artigo 27º. do RJUE”.*-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade remeter o processo ao Chefe da DPAT para análise e proposta de decisão.-----

**12.2.-PEDIDO DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCESSO Nº. 01/2015/231 DE ALTERAÇÃO E CONSTRUÇÃO NOVA (LAVANDARIA E ECONOMATO) DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA, (Alínea c), nº.1, artº.29º. RMUET):**-----

-----Foi presente o requerimento da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, registado sob o nº.1/2016.251, a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor de 771,06 € referente ao licenciamento do processo nº.01/2015/231 de alteração e construção nova (Lavandaria e Economato), sito na Rua Dr. António José Branquinho da Fonseca, nº.4, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Conforme o previsto na alínea d), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “ Entidades religiosas, culturais, desportivas, sociais, recreativas ou outras que, na área do Município, prossigam fins de interesse público.”-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém, de acordo com a Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2, do artigo 16º. daquele diploma.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento de taxa no valor de setecentos e setenta e um euros e seis cêntimos (771,06 €) à Santa Casa da Misericórdia de Mortágua referente licenciamento do processo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nº.01/2015/231 de alteração e construção nova (Lavandaria e Economato), sito na Rua Dr. António José Branquinho da Fonseca, nº.4, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

**12.3.-PEDIDO DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCESSO Nº. 01/2015/235 DE CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MURO DE VEDAÇÃO, (Alínea e), nº.1, artº.29º. RMUET):-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Márcio Gomes de Melo registado com o nº. 01/2016/220 para nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, solicitar a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil e trezentos euros e oitenta cêntimos (1.300,80 €) e da TMU de quatrocentos e cinquenta e seis euros e quarenta e sete cêntimos (456,47€), do processo nº. 01/2015/235 - Construção de Moradia e Muro, na Rua Estrada Municipal, Vila Meã da Serra, Freguesia de Espinho.-----

-----Conforme o previsto na alínea e), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2, do artigo 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão a Márcio Gomes de Melo da isenção de pagamento de taxa de licenciamento no valor de mil e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

trezentos euros e oitenta cêntimos (1.300,80 €) e da TMU de quatrocentos e cinquenta e seis euros e quarenta e sete cêntimos (456,47€) do processo nº. 01/2015/235 - Construção de Moradia e Muro, na Rua Estrada Municipal, Vila Meã da Serra, Freguesia de Espinho.-----

### **12.4. –REQUERIMENTO Nº. 1431 DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DIVIDIR TERRENO EM 2 LOTES:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o nº. 1431, em 07/04/2016, apresentado por José Carvalho de Gouveia, com residência na Residência na Rua Pero Vaz de Caminha, 66, 4150-617 Porto, com o NIF 1082793267, em que requiere na qualidade de comproprietário conjuntamente com Catarina Isabel de Carvalho Teixeira de Sousa com NIF 223742112 e Raquel de Carvalho Teixeira de Sousa com NIF 221499261, de um prédio rústico, sito em Vale de Garcia, Eirigo, com o artigo matricial nº.1758, limitado a Norte e a Sul por Óscar Simões, a nascente pela Barroca e Cipriano Rodrigues a Poente pelo limite da povoação das Paredes, com a área por levantamento GPS de 17,1551 ha, que seja autorizada divisão do identificado prédio em dois lotes, ficando um com uma área de 8.5756 ha e o outro com uma área de 8.5745 ha, conforme planta de localização em ortofotomapa que anexa.-----

-----Sobre o processo foi exarado o seguinte Parecer Técnico do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, de datado de 13/04/2016, que a seguir se transcreve:-----

-----“A pretensão assinalada foi transposta para a carta militar à esc: 1.25.000 para melhor definição do tipo de solos – PDM, que se insere.-----

-----Verifica-se cumulativamente que:-----

-----, se tratarão de solos classificados em PDM como “Espaços Florestais e REN” referenciados nos artigos 21º. e 23º., respetivamente.-----

-----, não é viável a divisão do identificado prédio em 2 lotes (destaque) uma vez que se trata



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de uma área situada fora dos perímetros urbanos que neste momento não configura o constante das alíneas a) e b) do nº.5 do artigo 6º. do Decreto-Lei nº.555/99, alterado pelo DL nº.136/2014.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e o parecer técnico exarado no processo, deliberou por unanimidade indeferir o pedido, tendo por base o parecer técnico referido .-----

### **12.5.-RECLAMAÇÃO SOBRE A DESATIVAÇÃO DE CARREIRO NA RUA DE S. BRÁS NO BRASIL:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a reclamação registada com o nº. 5393, em 20/11/2015, apresentada por David João Oliveira Gomes, com residência na Residência na Rua de S. Brás, nº.16, Barril, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, sobre desativação, devido a construção de muretes, de Carreiro localizado entre o nº.14 e 16 na Rua de S. Brás no Barril.-----

-----Sobre o processo foi exarado o seguinte Parecer Técnico do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, que a seguir se transcreve:-----

-----“ Na sequência da análise da situação exposta, dos elementos que constituem o processo:--

-----. 1ª. Reclamação em setembro/2015 – (fl.3 e 7);-----

-----.Informação da Fiscalização (fl.2);-----

-----.2ª. Reclamação em novembro/2015. Questões formuladas pelo Consultor Jurídico.-----

-----Desloquei-me ao local acompanhado pelo Sr. Vitor Pina, Presidente da União das Freguesias , tendo concluído o seguinte:-----

-----. O dito carreiro/passagem, existe realmente há muito tempo estando neste momento desativado por falta de saída na Rua Luís de Camões;-----

-----. Além, de ter sido utilizado como acesso pedonal de mais curta distância entre duas Ruas (Rua de S. Brás e Rua Luís de Camões), também canaliza algumas águas pluviais decorrentes da valeta contígua.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Este não consta de qualquer mapa cadastral do Município nem da União de Freguesias;---

-----. Por estas duas entidades públicas (Câmara e União de Freguesias), nunca esta passagem ou carreiro foi reconhecido como de natureza pública nem alguma vez se procedeu à sua manutenção e conservação.-----

-----Os muretes ali edificadas estão isentos de controlo prévio nos termos da alínea c) do nº.1 do artigo 6º. e da alínea b) do nº.1 do artigo 6º-A do RJUE.-----

-----. Parece tratar-se de uma questão do foro privado e não da competência destas duas Autarquias (CMM e União de Freguesias).”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade comunicar ao reclamante que se trata de uma questão do foro privado e não da competência das duas Autarquias.-----

### **12.6.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os processos:-----

-----a) - nº.10. 2016.22, em nome Adelaide do Rosário, residente em Rua de S. Caetano, nº.6, Alcordal, Freguesia de Cercosa, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança de Manuel Ladeirinha, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Cercosa com o artigo 29112 no local denominado “Porto Cimeiro”, Freguesia de Cercosa com a área de 0,541600 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Maria Aldina Ladeirinha Duarte Lopes, um quinto (1/5); Silvino Ladeirinha Duarte, um quinto (1/5); Manuel Duarte, um quinto (1/5); Maria Adelaide Ladeirinha Duarte Fernandes, um quinto (1/5); Silvino Ladeirinha Duarte, um quinto (1/5).-----

-----b) - nº.10. 2016.23, em nome Adelaide do Rosário, residente em Rua de S. Caetano, nº.6,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Alcortal, Freguesia de Cercosa, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança de Manuel Ladeirinha, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Cercosa com o artigo 3489 no local denominado “Vale dos Reis”, Freguesia de Cercosa com a área de 0,242400 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Maria Odete Fernandes Ladeirinha, metade ( $\frac{1}{2}$ ); Silvio Ladeirinha Duarte, metade ( $\frac{1}{2}$ );-----

-----c) - nº.10. 2016.24, em nome Adelaide do Rosário, residente em Rua de S. Caetano, nº.6, Alcortal, Freguesia de Cercosa, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança de Manuel Ladeirinha, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Cercosa com o artigo 3482 no local denominado “Vinha da Ladeira”, Freguesia de Cercosa com a área de 0,244200 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Maria Odete Fernandes Ladeirinha, metade ( $\frac{1}{2}$ ); José António Fernandes Ladeirinha, metade ( $\frac{1}{2}$ );-----

-----d) - nº.10. 2016.25, em nome Adelaide do Rosário, residente em Rua de S. Caetano, nº.6, Alcortal, Freguesia de Cercosa, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança de Manuel Ladeirinha, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Cercosa com o artigo 3427 no local denominado “Tapada”, Freguesia de Cercosa com a área de 0,216900 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Maria Odete Fernandes Ladeirinha, dois terços ( $\frac{2}{3}$ ); Maria Aldina Ladeirinha Duarte Lopes, um terço ( $\frac{1}{3}$ ).-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----e) - nº.10. 2016.26, em nome Adelaide do Rosário, residente em Rua de S. Caetano, nº.6, Alcordal, Freguesia de Cercosa, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança de Manuel Ladeirinha, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Cercosa com o artigo 3335 no local denominado “Vale da Fonte”, Freguesia de Cercosa com a área de 0,484800 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Manuel Duarte, metade ( ½); Silvio Ladeirinha Duarte, metade (½).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

### **12.7.-PROCESSOS DE EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----**

#### **12.7.1.-nº. 08/2016/03, na Rua da Igreja, nº2, em Vale de Remígio:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Parecer Técnico, datado de 11/04/2016, do Chefe da DPAT, emitido na sequência da informação da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, dando conhecimento do adiantado estado de degradação, em que se encontra uma edificação sita na Rua da Igreja, nº.2, em Vale de Remígio, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, propriedade do Estado Português, com residência em Rua da Alfandega, nº. 31, Santa Maria Maior, 1149-008 Lisboa, e que conclui o seguinte que se trata:-----

-----“ –Desconformidade com as normas legais do RJUE – DL nº. 136/2014 consubstanciadas nos artigos 89º. – dever de conservação e 89º. A – proibição de deterioração.-----

----- Incumprimento das normas legais e regulamentares relativas ao aspeto exterior e inserção urbana e paisagística das edificações nas povoações em que se localizam, constantes do artigo 121º. do RGEU.-----

----- Uma situação de falta de solidez, de insegurança e instabilidade do edifício existente.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- Um foco de insalubridade e de risco de incêndio.-----

-----Possibilidade de colapso e ruína do edificado, colocando em perigo a segurança viária e de pessoas e bens nas áreas públicas confinantes.-----

-----Proponho que a Câmara delibere no sentido de se dar cumprimento aos artigos 90º. A 92º. do DL nº.136/2014, de se iniciar o processo com vista à realização da vistoria prévia ao edifício referenciado (artigo 90º.).”-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, mandar proceder a vistoria que conclua do estado em que a construção se encontra e se constitui perigo para a saúde ou para a segurança das pessoas, tendo em vista poder deliberar em conformidade com a alínea w ), do número 1 do artigo 33 º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Mais foi deliberado por unanimidade que, por forma a permitir ao Executivo Municipal avaliar com rigor, objetividade e transparência o real estado de degradação das edificações, o auto da respetiva vistoria deverá fundamentar e especificar a realização, ou não, de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança das edificações, ou demolição nos termos do disposto no nº. 2 e 3 do artigo 89º. do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com as posteriores alterações.-----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim e pelo Senhor Presidente.-----

Secretário do Órgão



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- Um foco de insalubridade e de risco de incêndio.-----

-----Possibilidade de colapso e ruína do edificado, colocando em perigo a segurança viária e de pessoas e bens nas áreas públicas confinantes.-----

-----Proponho que a Câmara delibere no sentido de se dar cumprimento aos artigos 90º. a 92º. do DL nº.136/2014, de se iniciar o processo com vista à realização da vistoria prévia ao edifício referenciado (artigo 90º.).”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, mandar proceder a vistoria que conclua do estado em que a construção se encontra e se constitui perigo para a saúde ou para a segurança das pessoas, tendo em vista poder deliberar em conformidade com a alínea w ), do número 1 do artigo 33 º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade que, por forma a permitir ao Executivo Municipal avaliar com rigor, objetividade e transparência o real estado de degradação das edificações, o auto da respetiva vistoria deverá fundamentar e especificar a realização, ou não, de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança das edificações, ou demolição nos termos do disposto no nº. 2 e 3 do artigo 89º. do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com as posteriores alterações.-----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim e pelo Senhor Presidente.-----

Secretário do Órgão

Despacho:  
A R. Barros  
2016/04/18



**Protocolo de Colaboração**  
**Obras de Remodelação**  
**do**  
**Centro de Saúde de Mortágua**

O atual Centro de Saúde de Mortágua, que integra o Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, proprietária do mesmo, não reúne a qualidade exigível em termos de condições mínimas e indispensáveis para prestar os devidos cuidados de saúde à população.

O art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de Janeiro, estabelece que as Administrações Regionais de Saúde têm a missão de garantir que a população de determinada área geográfica possa aceder à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando recursos disponíveis às necessidades, podendo, para tal, cooperar entre si e com outras entidades do setor público e do setor privado, designadamente através da celebração de protocolos de cooperação.

De acordo com o art.º 64.º da Constituição da República Portuguesa, bem como com a Lei de Bases da Saúde, aprovada pela Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto, os cidadãos têm o direito de obter cuidados de saúde adequados às suas necessidades temporais, de lugar, sociais e económicas. O direito de proteger a saúde e o dever de a defender e promover são, portanto, preocupações inerentes e auto-evidentes do Ministério da Saúde e do Município de Mortágua.

Todavia, os supramencionados e respetivos direitos e deveres institucionais e constitucionais dependem não só de condições internas de alocação de recursos mas também de condições externas, inerentes ao próprio capital físico (edificados e equipamentos), que limitam a prestação de cuidados, devendo estes, por conseguinte, ser melhorados e resolvidos.

Tendo em consideração que a Saúde, designadamente o Serviço Nacional de Saúde, tem sido condicionada pela passada e presente conjuntura económica, torna-se fulcral o alinhamento e partilha de responsabilidades entre Administração Pública Central e Administração Pública Local, para que a funcionalidade, segurança e conforto sejam premissas executadas, em termos de edificados e equipamentos, para bem de todos os cidadãos que necessitem de cuidados de Saúde no concelho de Mortágua.

A Administração Regional de Saúde do Centro, IP e o Município de Mortágua reconhecem esta prerrogativa ao assumirem a Saúde como bem comum e a preponderância de aprofundamento de uma cultura de cooperação e partilha de responsabilidades institucionais, segundo as suas capacidades técnicas, interesses e disponibilidade.

O Município de Mortágua, enquanto autarquia local, tem como uma das suas atribuições promover e salvaguardar os interesses próprios da respetiva população na área da Saúde, em acordo com a alínea g) do n.º 2 do art.º 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Ainda segundo esta Lei - alíneas r) e u) do artigo 33.º, respetivamente – a mesma autarquia tem como competência apoiar programas e projetos de interesse municipal, em parceria institucional com organizações da Administração Central e atividades de interesse e capazes de promover a saúde e prevenir a doença.

Assume-se que

A Administração Regional de Saúde do Centro, IP e o Município de Mortágua reconhecem a necessidade de obras de remodelação no Centro de Saúde de Mortágua para a prestação de cuidados de saúde adequados.

Nesta conformidade,

A **Administração Regional de Saúde do Centro, IP**, com sede na Alameda Júlio Henriques, 3001-553 Coimbra, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 503 122 165, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Dr. José Manuel Azenha Tereso, adiante designada por **Primeiro Outorgante**,

e

O **Município de Mortágua**, com sede na Rua Dr. João Lopes de Moraes, 3450-153 Mortágua, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º ....., neste ato representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José Júlio Norte, adiante designado por **Segundo Outorgante**,

Celebram entre si o presente Protocolo de Cooperação, que se rege pelas seguintes cláusulas:

## **Cláusula Primeira**

### *Objeto*

O presente Protocolo tem por objeto a regulação da cooperação técnica e financeira entre os Outorgantes para a realização de obras de remodelação do Centro de Saúde de Mortágua.

## **Cláusula Segunda**

### *Titularidade do imóvel*

O Primeiro Outorgante é dono e legítimo proprietário do imóvel onde atualmente funciona o Centro de Saúde de Mortágua, autorizando e legitimando, nessa qualidade, o Segundo Outorgante a nele realizar, no âmbito do Programa Operacional Regional Centro 2020, as obras de remodelação referidas no presente documento.

## **Cláusula Terceira**

### *Obrigações*

1. Constituem obrigações do Primeiro Outorgante, sem prejuízo das demais constantes do presente Protocolo:
  - a) Aprovar, em conformidade com o Mapa de Medições e Orçamento, as obras de remodelação do edifício situado em Mortágua, na Rua da Gandarada, n.º 3, com o código postal 3450-133;
  - b) Aprovar, no prazo máximo de dez dias úteis, contados a partir da data da sua receção, o projeto de execução da empreitada apresentado pelo Segundo Outorgante;
  - c) Acompanhar a elaboração do projeto de execução, assegurando, nesse contexto, o cumprimento das normas e recomendações da ACSS.
  - d) Instalar no edifício do Centro de Saúde todo o equipamento necessário ao seu bom e adequado funcionamento, no prazo máximo de trinta dias úteis contados a partir da conclusão das obras pelo Segundo Outorgante.
  - e) Auditar e acompanhar, periodicamente, a execução da empreitada e investimento através de equipa técnica multidisciplinar, emitindo relatórios e recomendações com base nas auditorias e vistorias realizadas, dando a conhecer o seu conteúdo ao Segundo Outorgante, que os deverá considerar para a boa prossecução dos trabalhos;

f) Garantir, junto da Autoridade de Gestão do citado Programa Operacional, a entrega, em tempo útil, de todos os esclarecimentos e documentos solicitados, a fim de que a candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante possa ser devidamente aprovada e, assim, obtido o financiamento, à taxa máxima possível, para obras de remodelação.

2. Constituem obrigações do Segundo Outorgante, sem prejuízo das demais constantes do presente Protocolo:

- a) Elaborar o projeto de execução da empreitada de acordo com as orientações técnicas apresentadas pelo Primeiro Outorgante;
- b) Lançar o procedimento concursal necessário à empreitada;
- c) Apresentar a candidatura aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, no contexto do PO Centro, Domínio Temático da Inclusão Social e Emprego, Objectivo Temático 9 e Prioridade de Investimento 9.7.;
- d) Promover a execução da empreitada nos termos da proposta adjudicada e caderno de encargos aprovado, no âmbito do competente procedimento concursal, cumprindo o projeto aprovado;
- e) Considerar os relatórios recomendatórios baseados nos processos de auditorias periódicas, elaborados pelo Primeiro Outorgante no contexto da alínea e) da cláusula terceira para boa prossecução dos trabalhos referentes às obras de remodelação.

#### **Cláusula Quarta**

##### *Fiscalização da Obra*

O Segundo Outorgante assegurará a gestão, fiscalização e coordenação de segurança das obras, em consonância com as recomendações emitidas pelo Primeiro Outorgante.

#### **Cláusula Quinta**

##### *Prazos*

As obras de remodelação ocorrerão durante os prazos regulamentados pelo POR Centro 2020, devendo a sua execução física ser o mais célere possível e não exceder a data de 30 de Junho de 2017.

## **Cláusula Sexta**

### *Responsabilidade Financeira da Obra*

1. O Segundo Outorgante compromete-se a aprovar, em orçamento municipal, a dotação financeira correspondente ao montante total do investimento a realizar, no valor estimado de €120.000, bem como os respetivos fundos disponíveis, sem prejuízo do posterior benefício da comparticipação financeira, em 85%, pelo POR Centro 2020.
2. O investimento total estimado e orçamento base podem vir a ser de montantes inferiores, assim a proposta que venha a ser adjudicada o seja igualmente;
3. Incumbe ainda ao Segundo Outorgante assegurar a despesa correspondente à comparticipação nacional do projeto, na percentagem de 15% da despesa elegível, até ao limite máximo de €18.000.

## **Cláusula Sétima**

### *Propriedade dos Bens*

O terreno, bem como o imóvel objeto de remodelação nos termos do presente Protocolo permanecerão na esfera patrimonial dos titulares em direito anteriores às obras de remodelação.

## **Cláusula Oitava**

### *Manutenção dos Bens Móveis e Imóveis*

A manutenção, conservação e substituição dos bens móveis, bem como a manutenção e conservação do imóvel incumbem ao Primeiro Outorgante, que deverá assegurar todas as intervenções futuras necessárias à sua boa conservação no interior e exterior, bem como em termos de equipamentos.

## **Cláusula Nona**

### *Vigência*

O presente Protocolo produzirá os devidos efeitos a partir da data de outorga e manter-se-á em vigor até sua integral execução.

## **Cláusula Décima**

### *Revisões e ou Alterações*

1. O presente Protocolo só poderá ser objeto de revisão e ou alteração mediante acordo tácito entre as partes e somente no que se mostre estritamente necessário.



2. Quaisquer revisões e ou alterações ao disposto no presente Protocolo necessitam, obrigatoriamente, de deliberação prévia tomada em sede de reunião entre os órgãos competentes de cada uma das Partes Outorgantes, devendo ficar redigidas e assinadas enquanto adenda.

### **Cláusula Décima Primeira**

#### *Casos Omissos*

Nos casos omissos, o presente Protocolo regular-se-á pela lei geral.

### **Cláusula Décima Segunda**

#### *Foro Competente*

Para dirimir quaisquer conflitos emergentes da execução deste Protocolo, as Partes Outorgantes acordam como competente o foro da Comarca de Coimbra.

Por corresponder à vontade de ambas as Partes Outorgantes o presente Protocolo será rubricado e assinado em duplicado, ficando cada uma das Partes com um exemplar.

Mortágua,.....de..... de 2016

P' O Primeiro Outorgante

P' O Segundo Outorgante

José Manuel Azenha Tereso  
Presidente do Conselho Diretivo da ARSC,IP

José Júlio Norte  
Presidente da Câmara Municipal de Mortágua